



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Francine Albuquerque Pires

**“DO RIO AO CONCRETO”:**  
**UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS ENFRENTADOS NO PÓS OCUPAÇÃO DAS**  
**FAMÍLIAS DO HABITACIONAL NANÁ VASCONCELOS NO BAIRRO**  
**LINHA DO TIRO**

Recife  
2021

Francine Albuquerque Pires

**“DO RIO AO CONCRETO”:  
UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS ENFRENTADOS NO PÓS-OCUPAÇÃO DAS  
FAMÍLIAS DO HABITACIONAL NANÁ VASCONCELOS NO BAIRRO  
LINHA DO TIRO**

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso, do Bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal Rural de Pernambuco, sob a orientação do Professor Doutor João Morais de Sousa.

22 de julho de 2021

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. João Morais de Sousa  
(Orientador)

---

Profa. Dra. Júlia Figueredo Benzaquen

---

Prof. Dr. Maurício Sardá de Faria

Recife  
Julho 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

P667

Pires, Francine Albuquerque

“DO RIO AO CONCRETO”: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS ENFRENTADOS NO PÓS-OCUPAÇÃO DAS FAMÍLIAS DO HABITACIONAL NANÁ VASCONCELOS NO BAIRRO LINHA DO TIRO / Francine Albuquerque Pires. - 2021.

24 f. : il.

Orientador: Joao Morais de .

Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em Ciências Sociais, Recife, 2021.

1. Política pública. 2. Política Habitacional. 3. Pós-ocupação. 4. PAC Beberibe. 5. Adaptação. I. , Joao Morais de, orient.  
II. Título

CDD 300

---

**RESUMO:** O objetivo geral desse artigo foi compreender no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Beberibe as mudanças e os desafios enfrentados pelos moradores do Habitacional Naná Vasconcelos no processo pós-ocupação. Para o desenvolvimento do estudo se partiu de uma rápida abordagem sobre o processo de urbanização no Brasil mostrando como ele é marcado por desigualdades socioeconômicas e como a trajetória da política pública habitacional é caracterizada por acumular enorme déficit de moradias, empurrando para as periferias, sobretudo dos grandes centros metropolitanos, as populações de baixa renda. Nesse sentido foi mostrado que a expansão da estrutura urbana da cidade do Recife causou muitos assentamentos precários e que o PAC Beberibe se inseriu no contexto das estratégias para solucionar o problema desse déficit habitacional. Como resultados o estudo apontou que ocorreram melhorias nas condições de vida das pessoas realocadas como a diminuição dos riscos aos problemas sanitários e às enchentes, presentes nas moradias anteriores, bem como a ausência da coleta de lixo regular e de área de lazer. Contudo, o novo contexto também tem gerado insatisfações advindas pelas dificuldades de adaptação, a exemplo da divisão das áreas comuns de convivência, da configuração física do imóvel e pelas dificuldades de arcarem com os custos da nova moradia, como as altas taxas de luz. E, ainda, a sensação de insegurança jurídica com relação à documentação do imóvel. Em suma, analisando se a efetividade das ações do poder público nesse processo ajudou os moradores a se sentirem pertencidos e seguros às suas novas moradias.

**Palavras-chave:** Política pública; Política Habitacional; Pós-ocupação; PAC Beberibe; Adaptação.

**ABSTRACT:** The main purpose of this paper was to comprehend the changes and challenges faced by the residents of the Naná Vasconcelos Housing Project after their occupation in the scope of the Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). For the development of the study, it was done a quick approach about the urbanization process in Brazil showing how it is led by socioeconomic inequality and how the path of housing policies is marked by the growth of the house deficit, pushing to the outskirts, especially in big metropolitans' centers, the low-income population. In this sense it was shown that the expansion of Recife's urban structure caused many hazardous settlements, and that the PAC Beberibe was a strategy to solve this housing deficit. As results, the study has shown that it happened many improvements in the living conditions of the resettled people, like the decrease of the risks of sanitary problems and floods, common in their previous dwellings, as well as the lack of regular garbage collection and recreational areas. Nevertheless, this new way of life has generated dissatisfactions due to difficulties to adapt, for instance, the sharing of the communal areas, the house configuration and by the difficulties to afford the costs of this new living, like high electricity bill. And, further, the juridical insecurity related to the property documentation. The effectiveness of the actions of the State will help residents to feel like they belong and safe about their new home.

**Keywords:** public policy; housing policy; after-occupation; PAC Beberibe; adaptation.

**“DO RIO AO CONCRETO”:  
UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS ENFRENTADOS NO PÓS-OCUPAÇÃO DAS  
FAMÍLIAS DO HABITACIONAL NANÁ VASCONCELOS NO BAIRRO LINHA DO  
TIRO**

**Francine Albuquerque Pires**

**Introdução**

O presente artigo é resultado de uma análise do processo pós-ocupação das famílias oriundas das comunidades Rio Morno e Miguel Arraes, localizadas às margens do Rio Beberibe, para o Habitacional Naná Vasconcelos, situado no Bairro Linha do Tiro, Recife/PE, no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Beberibe. Esse Programa tem por eixo central a pavimentação da marginal do Rio Beberibe e como ações complementares a implantação de estação elevatória e sistema de esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais, urbanização e a realocação de famílias residentes nas margens do Rio Beberibe. Trata-se de uma ação conjunta entre o governo federal e o municipal. No período de 2016 a 2018, a autora desenvolveu estágio acadêmico no processo de realocação dessas famílias e acompanhou várias problemáticas dentro desse universo, no âmbito das atividades desenvolvidas pela empresa Diagonal, que prestou serviços terceirizados de planejamento, acompanhamento de obras urbanas à Autarquia de Saneamento da cidade do Recife (SANEAR) – órgão responsável pela execução do projeto do Governo Federal juntamente com o poder municipal com financiamento majoritário do Ministério das Cidades.

O momento de ingresso da autora no universo do estudo se deu quando as famílias residentes nas áreas marginais do Beberibe estavam passando por um período de atualização cadastral, uma vez que já havia tido um movimento de cadastro na gestão municipal anterior, como também a seleção delas para a realocação nos habitacionais restantes<sup>1</sup> mediante critérios estabelecidos pelo Ministério das Cidades, em que priorizavam aquelas famílias em maior vulnerabilidade econômica e social no momento.

Assim, os relatos e desafios vivenciados durante os dois anos de experiência dentro desse universo, motivaram a autora pelo interesse sobre a discussão do processo de realocação

---

<sup>1</sup> No momento do início do trabalho da pesquisadora no local (março 2016) 5 dos 24 habitacionais previstos já haviam sido entregues.

das famílias para os conjuntos habitacionais na cidade do Recife, em específico o Habitacional Naná Vasconcelos, também denominado como R06<sup>2</sup>. Ainda, o contato diário com essas famílias despertou o desejo de se apropriar das questões que envolvem o processo de mudança e adaptação vivenciado por essas famílias quando realocadas para as novas moradias.

O déficit habitacional no Brasil sempre foi um desafio na nossa realidade urbana e este tipo de intervenção – políticas habitacionais – se mostrou como uma das alternativas viáveis de resolução dessa problemática pelo poder público face a escassez de moradia de qualidade para a população de baixa renda nas cidades brasileiras, o que pode justificar a alta densidade ocupacional das áreas ribeirinhas dos centros urbanos.

No Recife não é diferente: um levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA 2013) mostrou que 564 mil pessoas no Recife vivem em favelas – o que equivale a 35% da população – e sabe-se que boa parte dessas moradias é precária e se concentra às margens dos rios que cortam a cidade. É o caso do Rio Beberibe, que possui em suas margens várias comunidades provenientes destas ocupações irregulares e são frutos da enorme desigualdade social, retrato do país. Tais ocupações não só são desprovidas de condições estruturais de moradia, mas também de saneamento básico e de equipamentos sociais. Clementino e Souza (2009, p. 113) apontam que:

O ambiente adequado às condições de salubridade das moradias e conseqüentemente da qualidade de vida dos indivíduos depende diretamente do nível de atendimento dos serviços de saneamento, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo. A falta destes serviços expressa condição de alta precariedade da habitação e compromete a saúde da família residente.

É com base nessas problemáticas (condições estruturais, saneamento básico e equipamentos sociais) que é embasada a função social dos conjuntos habitacionais do PAC Beberibe. As famílias residentes às margens do Rio Beberibe foram realocadas para estes habitacionais com a justificativa de melhorar suas condições de vida e de moradia. Porém, a vivência no período do estágio possibilitou à autora constatar que nem sempre a mudança da estrutura física da moradia é acompanhada de satisfação plena na visão das famílias realocadas.

O novo contexto vivenciado pelas famílias realocadas implica em várias outras variáveis da moradia coletiva, como a divisão dos espaços de convivência comum, a adaptação a nova configuração física do imóvel além do processo de adaptação a vivência coletiva. Ou seja, apesar da transferência para uma moradia de melhor qualidade<sup>3</sup>, a população envolvida enfrenta

---

<sup>2</sup> R06 é a nomenclatura que a empresa executora da obra utilizou para identificar o Residencial Naná Vasconcelos.

<sup>3</sup> Aqui por qualidade tomamos por referência uma moradia salubre.

problemas de adaptação, visto que a simples realocação não vem, automaticamente, acompanhada de mudança de hábitos e preparação para a vida em conjuntos habitacionais.

Para fomentar a pesquisa foi utilizada uma abordagem qualitativa, sendo os sujeitos as famílias que residem no conjunto habitacional Naná Vasconcelos. Com o intuito de obter uma imparcialidade na análise foi utilizado o método de amostragem do tipo aleatória simples, que se mostrou como mais apropriado, pois as sessenta e quatro famílias tiveram a mesma chance de serem incluídas na amostra. De tal maneira levando-se em conta Minayo (1994), a amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.

Dessa maneira o objetivo principal do trabalho foi compreender no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Beberibe as mudanças e os desafios enfrentados pelos moradores do Habitacional Naná Vasconcelos no processo pós-ocupação. Os objetivos específicos foram; a) discorrer sobre a política de habitação no Brasil e sobre o PAC Beberibe; b) analisar a efetividade das ações do Estado com relação à adaptação e aos desafios enfrentados pelas famílias realocadas no Habitacional Naná Vasconcelos, buscando entender as possíveis mudanças de hábitos ocorridas e os eventuais conflitos de comportamento e; c) observar se para os moradores a mudança de moradia resultou numa melhoria da qualidade de vida.

O artigo se inicia com um apanhado de como se deu a estrutura urbana brasileira e segue com uma breve análise da política pública habitacional apontando algumas implicações dos resultados práticos de sua expansão. No segundo tópico focamos na estrutura urbana da cidade do Recife e de como o caráter do seu desenvolvimento levaram ao surgimento de assentamentos precários. Na terceira seção entramos no universo da pesquisa, no programa PAC Beberibe, discorrendo sobre sua finalidade e objetivos específicos. No último tópico abordamos a parte empírica do estudo, trazendo as falas dos moradores sobre seus desafios e implicações enfrentados no processo pós-ocupação.

## **1 DESAFIO DA HABITAÇÃO NO BRASIL E A POLÍTICA PÚBLICA**

A partir do século XX, o Brasil viveu um processo acelerado de industrialização e urbanização. Milhares de pessoas migraram das áreas rurais para as áreas urbanas em um curto espaço de tempo. Moraes (2008) aponta que no Brasil, ocorreu um dos mais rápidos processos de urbanização do mundo: em 1940, as cidades abrigavam 31,4% da população do país; em 1975, esse índice já era de 61%; e em 1991, era de 75%, e em 2000, 81,2%.



O movimento de êxodo rural sem o devido planejamento e a falta de moradia para todos, culminaram nas cidades o processo de ocupação de áreas inapropriadas. A razão principal para tal ocupação está diretamente ligada à questão do baixo padrão de renda das famílias e o alto preço da moradia em bairros com certa infraestrutura.

O processo de urbanização no Brasil é marcado por um grave quadro de desigualdades socioeconômicas, que alia modernização e crescimento a realidades de exclusão social expressas em uma extensa produção doméstica ilegal das cidades e da moradia. Em 2000, as cidades abrigavam 81,2% da população do país, 85% dos pobres moravam nas cidades e mais de 1/3 dos pobres urbanos estavam concentrados nas dez principais regiões metropolitanas. (MORAES, 2008 p. 1).

Para Ermínia Maricato (2011, p. *online*), tomando como referência a cidade de São Paulo, “a população não cabe mais na cidade”. Esta situação não é uma particularidade desse grande centro urbano, está, na realidade, por todos os cantos do país.

### **1.1 A política pública habitacional**

O atual cenário das condições habitacionais no Brasil apresenta-se como um ainda não superado problema social e econômico, com grande impacto na configuração urbana, seja pela demanda por infraestrutura urbana, gerada a partir das novas oportunidades habitacionais promovidas pelo poder público e privado, seja pelas pressões fundiária e ambiental, decorrentes das formas alternativas adotadas pela população de baixa renda para a produção da moradia (MARGUTI, 2018).

Mediante essa realidade que ainda perdura, o poder público tentou através de políticas públicas voltadas para a habitação reduzir esse percentual. Foi assim que na década de 1960 na ditadura militar surge o modelo do Banco Nacional de Habitação (BNH). Esse modelo previa o financiamento através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), porém por necessitar de comprovação de rendimentos, o programa não conseguiu atingir a parcela expressiva do problema, a população de baixa renda.

A trajetória da política habitacional brasileira é marcada por décadas de acúmulo de um passivo na provisão de moradia para a população de baixa renda – cenário esse que pode ser periodizado até meados da década de 1960 –, somadas a soluções habitacionais que, apesar de inicialmente objetivarem o atendimento das necessidades das classes mais baixas, tiveram, ao longo de seu percurso, mudanças que acabaram desviando o atendimento para classes de renda média (MARGUTI, 2018, p. 119).

Após a extinção do BNH, os desafios se agravaram. É também nesse período que ocorre o maior crescimento das grandes cidades brasileiras fora dos marcos da cidade legal (MARICATO, 2009 *apud* MARGUTI, 2018), quando a ausência de uma oferta significativa de moradia subsidiada levou o trabalhador urbano a comprar ou ocupar terrenos irregulares, na periferia distante, em áreas de risco ou de proteção ambiental, gerando as diversas situações de irregularidade fundiária (MARGUTI, 2018).

Mediante este cenário surgem nos anos 1980 as Companhias Habitacionais (COHABs), responsáveis por financiar casas populares a população de baixa renda. Tal modelo se espalhou pelo Brasil, tendo cada Estado adotado a sua própria companhia e se tornando um marco da habitação popular no Brasil no final do século XX. Com a Constituição Federal de 1988 o direito à moradia digna é caracterizado como direito fundamental. Aprofundando a questão, Marguti (2018) aponta que no contexto da redemocratização do país, movimentos sociais por moradia, universidades, sindicatos e entidades profissionais se reorganizaram e retomaram o tema da reforma urbana, dando origem à Emenda Popular da Reforma Urbana, apresentada e aceita no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 1986, resultando na inserção dos artigos 182 e 183 na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2021).

Por moradia digna compreende-se aquela que dispõe de instalações sanitárias adequadas, que garanta as condições de habitabilidade, e que seja atendida por serviços públicos essenciais, entre eles: água, esgoto, energia elétrica, iluminação pública, coleta de lixo, pavimentação e transporte coletivo, com acesso aos equipamentos sociais básicos. (BRASIL, 2021, art. 6º).

Porém, foi na primeira década do ano 2000 que a política de habitação ganha destaque e atinge um novo patamar na agenda política nacional e recebe investimentos maciços de recursos. Em 2001 é criado o Estatuto das Cidades, posteriormente em 2003 é criado o Ministério das Cidades o que torna possível uma nova formulação de política pública habitacional no âmbito federal. Em junho de 2005 é criada a Lei 11.124, que propôs o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (BRASIL, 2005).

O que trouxe base para que, em 2009, fosse criado o Plano Nacional de Habitação (PlanHab) cuja principal foco era buscar meios para combater o problema de déficit habitacional no país. O PlanHab tem por principal meta “[...] promover as condições de acesso à moradia digna – urbanizada e integrada à cidade – a todos os segmentos da população, em especial para a população de baixa renda” (BRASIL, 2010, p. 12). Com a finalidade de abranger de fato a realidade urbana brasileira, buscou-se a participação da sociedade em geral por meio

de grupos de acompanhamento, seminários regionais, debates, entres outras articulações em várias cidades do país. Tal esforço foi uma tentativa de que o programa em sua finalidade pudesse trazer contribuições que possibilitassem a resolução do déficit habitacional.

## **2 RECIFE E A CONSTITUIÇÃO DOS ASSENTAMENTOS IRREGULARES COM FOCO NAS ÁREAS RIBEIRINHAS**

Países como o Brasil vêm apresentando dificuldades de vários pontos de vista no que diz respeito à questão da desigualdade social. Como já vimos até aqui, a área habitacional não foge a essa realidade. E na cidade do Recife não poderia ser diferente. Em seus primórdios, o Recife e sua Região Metropolitana tinham suas atividades econômicas voltadas para a exportação açucareira, tornando a região importante para o comércio externo. Tal processo determinou sua condição demográfica, como explicam Miranda e Souza:

Algumas heranças marcam fortemente o processo de produção do espaço metropolitano: i) as grandes propriedades de terra, remanescentes dos antigos engenhos, situadas nos limites das nucleações periféricas, que subordinam a lógica do planejamento aos movimentos de expansão e retração da economia canavieira e disposição do proprietário em lotear, entre outras formas; ii) a alta valorização imobiliária das áreas planas, secas e aterradas, que restringe o acesso das classes menos favorecidas as quais se submetem a ocupar os espaços alagados ou íngremes, “non aedificandi” ou pouco valorizados; e iii) as paisagens construídas marcadas pelas carências, que refletem a permanência de desigualdades e de mobilizações sociais para reduzi-las. (MIRANDA; SOUZA, 2004, p. 96).

Aprofundando o raciocínio, Lyra (2003) apontou a decadência da economia açucareira nordestina, que se acelerou a partir do século XIX, como um divisor de águas, uma vez que o Recife, que até então polarizava a riqueza da região, passou a polarizar a sua pobreza. É certo que foi um processo com inúmeras variáveis, embora não se afastasse do modelo histórico concentrador de renda, posto que a classe dirigente fosse, sobretudo, de latifundiários e usineiros.

Este fator leva-nos a pensar que a cidade hoje é o reflexo e resultado das estratégias implantadas por ações conjuntas do Estado e da oligarquia que priorizaram o interesse “privado” em detrimento do “público”, evidenciado pela falta de políticas públicas voltadas ao bem-estar da sociedade como um todo e, sobretudo, dos menos favorecidos. Esta foi e é uma questão histórica que repercute até os dias atuais. Desse modelo, está posta a política de concentração de terra e riqueza pela camada mais rica da sociedade, enquanto isso aqueles menos favorecidos, em questão da moradia são empurrados para áreas periféricas, lugar em que

a especulação imobiliária não entende como economicamente viável e, habitualmente frágil ecologicamente.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) estimava-se que a população da cidade do Recife para o ano de 2016 era de aproximadamente 1.643.461 mil habitantes, distribuídos em uma área territorial de cerca de 218 km<sup>2</sup>.

Os principais rios são o Rio Capibaribe e Rio Beberibe. Para este estudo o segundo rio (Beberibe) é o de maior representatividade posto que a área objeto de análise encontra-se as suas margens. Do ponto de vista físico, seu percurso se estende por três municípios da Região Metropolitana: Camaragibe, Recife e Olinda<sup>4</sup>. Possui uma extensão total de aproximadamente 19 km em uma bacia de cerca de 81 km<sup>2</sup>. Segundo o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIRH) da Secretaria de Infraestrutura do Estado de Pernambuco, a área da Bacia do Rio Beberibe abrigava uma população total que se aproxima dos 110 mil habitantes distribuídos ao longo de seu pequeno território, transformando-o em uma área predominantemente urbana e de alta densidade demográfica, 7.300 hab./km<sup>2</sup> (PERNAMBUCO, 2021). Nesse contexto abriga a maior concentração de assentamentos de baixa renda da RMR, espalhados em áreas de risco, em morros e em alagados bem como detém os menores índices de atendimento em infraestrutura urbana.

Além do fato das condições subnormais, está colocada a total ausência de qualquer infraestrutura, e, de uma forma geral, as áreas ribeirinhas urbanas locais se tornaram sinônimo de marginalização e aglomerado de moradias irregulares, ocupada com população excluída. É o retrato do viver de uma população invisível, é o descaso com o capital humano de menor renda, posto que estejam expostos a enchentes e doenças decorrentes da falta de saneamento, segundo dados do SIRH (PERNAMBUCO, 2021), comprometendo diretamente a qualidade de vida dessa parcela da população.

### **3 PAC**

O programa de aceleração do crescimento (PAC) foi um programa do governo federal brasileiro criado em 2007 na gestão do então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, elaborado para promover o crescimento da economia do país, associado a investimentos em

---

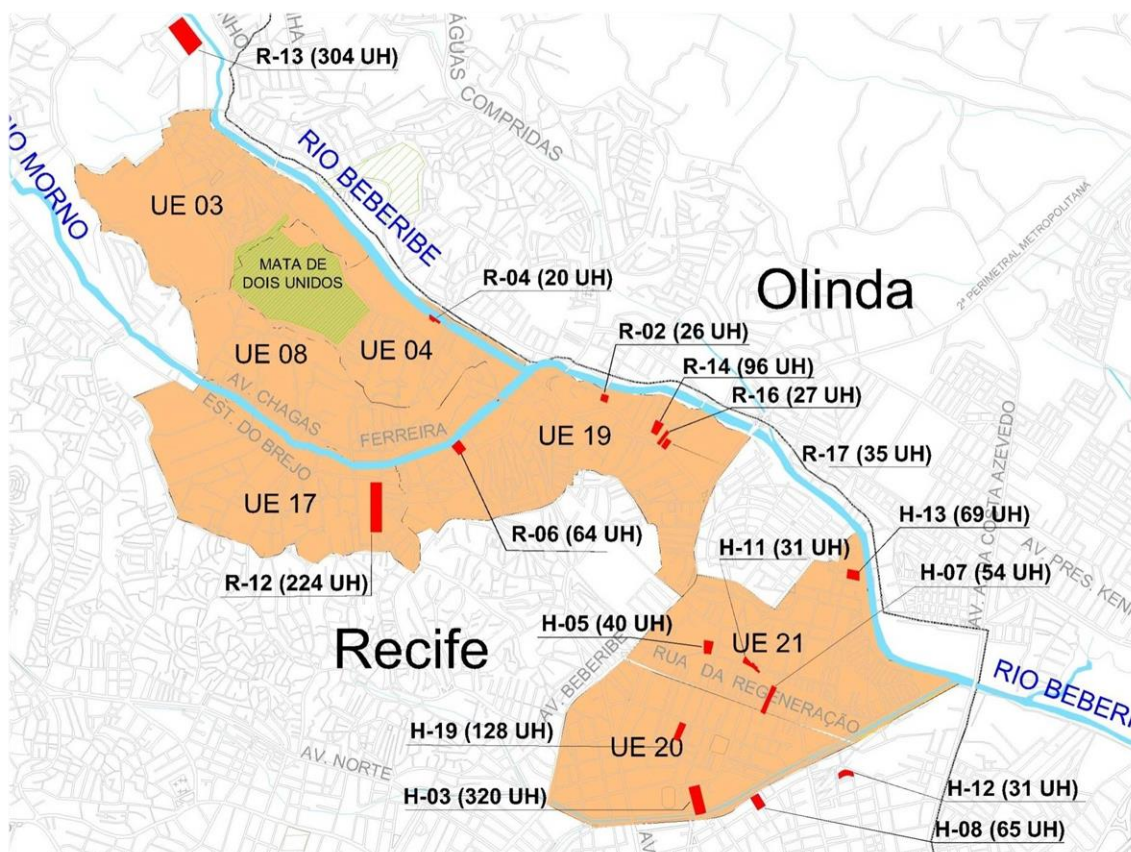
<sup>4</sup> O rio Beberibe nasce no município Camaragibe, a partir da confluência dos rios Pacas e Araçá, e possui 23,7 km de extensão. Sua bacia hidrográfica mede 81 km<sup>2</sup> e envolve uma parte dos seguintes municípios: Recife (65%), Olinda (21%) e Camaragibe (14%). Mais informações disponíveis em: [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=474](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=474) Acesso em: 11 abr. 2018.

infraestrutura. O programa englobava uma série de políticas nas mais diversas áreas como saneamento, habitação, energia entre outros.

### 3.1 PAC Beberibe e o Trabalho Técnico Social (TTS)

Em 2010, como parte do programa, foi lançado o PAC Beberibe – um programa de Saneamento integrado da Bacia do Rio Beberibe e Infraestrutura. O programa teve como uma das ações complementares a remoção das famílias residentes nas margens do Rio e a realocação para habitacionais. Esta ação se caracterizou como auxílio das obras de pavimentação da via marginal ao Rio Beberibe, assim como a implantação de Estação Elevatória, sistema de esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e urbanização.

Figura 1 - Área de intervenção do programa



Fonte: Secretaria de Saneamento – Prefeitura do Recife.

No núcleo habitacional do projeto – onde esse estudo tomou vida – o trabalho foi desenvolvido segundo as diretrizes do Trabalho Técnico Social (TTS).

O Trabalho Técnico Social – TTS passa a ser exigência para os Programas de Saneamento Ambiental Integrado no PAC em 2007, quando, após experiência exitosa do BID<sup>5</sup>, com o Programa Pro Morar, O Ministério das Cidades inclui o TTS na Política Nacional de Habitação. O PAC Beberibe, seguindo os Princípios da Política Nacional de Habitação e Portaria 21 ambos seguem orientações do Ministério das Cidades (PONTES; OLIVEIRA; COSTA, 2019 p. 2).

Dentro do TTS do PAC Beberibe foram previstos 6 eixos de atuação: I - Ações Participativas; II – Reassentamento; III – Educação Sanitária, Ambiental e Patrimonial (ESA); IV – Pós Ocupação e Gestão Condominial; V – Geração de Emprego e Renda; VI – Monitoramento e Avaliação. Todas a serem desenvolvidas no decorrer de todo o processo.

#### **4 ADAPTAÇÃO E DESAFIOS**

O universo do estudo, o Conjunto Habitacional Naná Vasconcelos, fica localizado no Bairro Linha do Tiro na cidade do Recife. O Habitacional possui 64 unidades habitacionais (UH) de cerca de 46m<sup>2</sup>, divididas em dois blocos de 4 pavimentos cada, possuindo cada bloco, 32 apartamentos, sendo oito por andar.

---

<sup>5</sup> Banco Interamericano de Desenvolvimento.

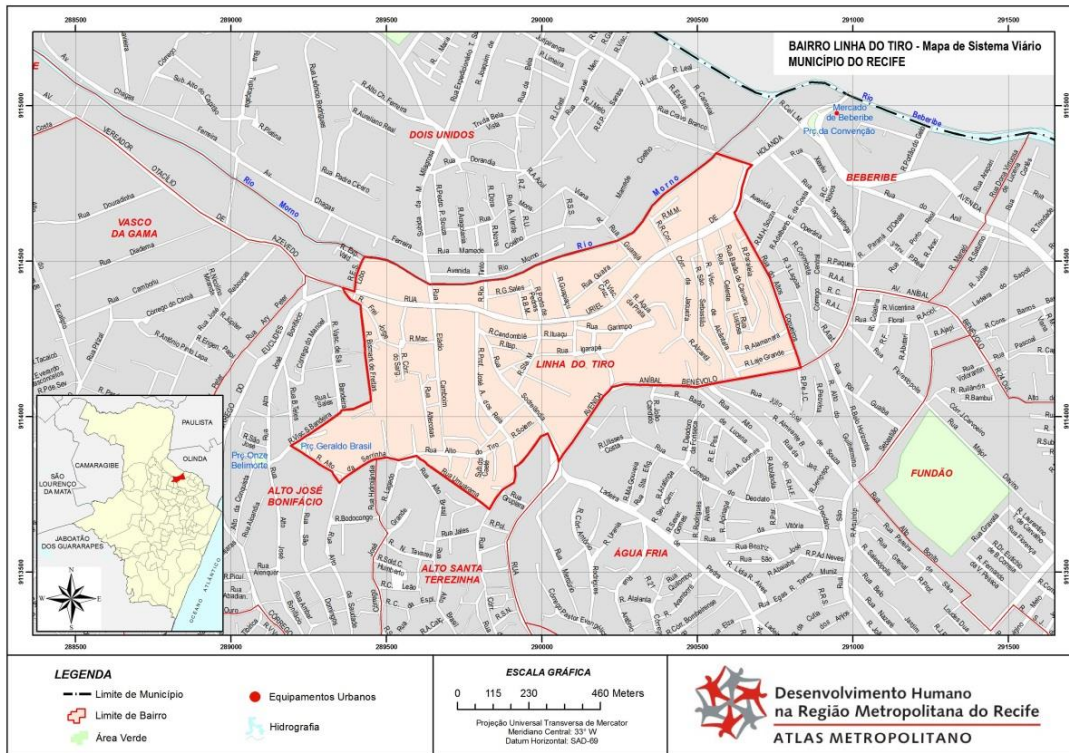
Figura 2 - Imagem do Habitacional Naná Vasconcelos



Fonte: Felipe (2016).

O empreendimento foi construído com o intuito de abrigar predominantemente as famílias provenientes de duas comunidades próximas, situadas as margens do rio Beberibe, sendo elas: “Rio Morno” e “Vila Miguel Arraes”. A comunidade de Rio Morno faz parte da RPA 2 e é considerada Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) no bairro Linha do Tiro. As ZEIS são áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo Poder Público, onde haja possibilidade de urbanização e regularização fundiária (PERNAMBUCO, 2001).

Figura 3 - Zonas Especiais de Interesse Social no bairro (Zeis): RPA 2.



Fonte: Recife (2021).

A população que residia nas áreas de intervenção (Rio Morno) deste projeto convivia com o sério problema da falta de infraestrutura viária adequada, tais como: ruas esburacadas, estreitas, alagadas e esgoto a céu aberto e precariedade na coleta de lixo – sendo a prestação deste serviço prejudicada pela dificuldade/falta de acessos, uma alternativa era a coleta manual de o lixo domiciliar. Tal situação fazia com que a população não atendida tivesse atitude inapropriada no descarte do lixo, tais como: jogar nos canais/rio - dessa forma, tal configuração impossibilitava também a circulação de transporte coletivo vide a precariedade da infraestrutura local, possibilitando apenas a circulação nas vias próximas.

O abastecimento de água também se mostrava insuficiente, não havendo fornecimento através do sistema da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) em grande parte dos imóveis. O fornecimento de energia elétrica utilizada pelos moradores da área do projeto era provido pela Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), porém, a ocorrência de ligações clandestinas e ligações consentidas de forma irregular imperavam na localidade. Com relação ao sistema de esgotamento sanitário, tal serviço era praticamente inexistente onde a maioria das moradias não tinha acesso a esse tipo de serviço.



Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três moradoras residentes do habitacional desde a sua inauguração em junho de 2016. Vale ressaltar que as entrevistas foram realizadas em dezembro de 2018, dois anos após a realocação, sendo as entrevistadas sendo escolhidas de forma espontânea após a chegada da pesquisadora ao local. Na análise feita utilizamos os codinomes Entrevistada 1, Entrevistada 2 e Entrevistada 3, garantindo anonimato e com intuito de reforçar a espontaneidade e veracidade das respostas.

Nos depoimentos colhidos todas eram mulheres solteiras, chefes de família que residiam com pelo menos 2 filhos menores de idade. Todas de baixa escolaridade e baixa renda. A primeira indagação proposta foi em relação a satisfação com relação a estrutura física do imóvel: um apartamento de aproximadamente 46m<sup>2</sup> divididos em 2 quartos, 1 banheiro, sala e cozinha integrada. A Entrevistada 1 demonstrou insatisfação com relação a estrutura física, onde na moradia anterior possuía um comércio informal que era grande parte de sua renda e salientou o fato do imóvel não ser totalmente adaptado para as necessidades físicas de sua mãe que é cadeirante:

Gostaria de ter uma área de serviço, só porque fica o corredor cheio de roupa, empata a gente de sentar. E poder ter uma área pra (sic) colocar minha barraca, tive que vender três freezers, me desfazer das minhas prateleiras. Minha barraca era maior que essa sala.

- Entrevistada 1.

A não participação da população nos projetos de arquitetura desenvolvidos culminam em imóveis que apesar de, em tese, terem uma estrutura física por vezes maior e de melhor qualidade em comparação a moradia anterior, na prática não contemplam algumas necessidades básicas dos residentes, como retrata a Entrevistada 2: “minha antiga casa era um vão, sem rebocar, mas tinha uma área de serviço. Aqui é bom, mas não tem onde estender roupa.”. A falta de uma área para os serviços domésticos de limpeza impacta diretamente não somente na vida dos moradores, mas também de forma de vida coletiva no habitacional.

Com a ausência desse espaço os moradores se veem obrigados a estenderem as roupas na área externa e logo área comum do prédio – o que eleva o estigma de áreas desorganizadas e pode ser fonte de atrito ou como no exemplo citado pela Entrevistada 2: “gostaria de uma área de serviço. Quem mora no térreo é bom, mas a gente que mora lá em cima, cada um tem o seu dia de estender roupa”, onde os próprios residentes tiveram que criar um sistema próprio para organizar a atividade de lavar roupas em uma tentativa de manter a organização e boa convivência no local. Não é de se espantar de que quando questionadas qual mudança na tipologia da edificação gostariam de fazer, a construção de uma área de serviço foi uma resposta

unânime. Como citou a Entrevistada 3: “eu queria poder ter mais plantas, ensinar as outras famílias a zelar por aqui. E gostaria de ter uma área de serviço”.

Figura 4 – Imagem ilustrativa de varal em área externa do habitacional Eduardo Campos que possui a mesma tipologia do Residencial Naná Vasconcelos e faz parte do mesmo projeto tirada em março 2018.



Fonte: *Google Imagens*.

Os relatos de insatisfação quanto a tipologia do imóvel se seguiram, quando questionada o que se pudesse mudar em sua casa a Entrevistada 3 ressaltou: “gostaria de ter uma área de serviço e que minha casa fosse adaptada para a minha mãe que é cadeirante, a cadeira mal dá pra (sic) passar no banheiro e não deu tempo de fazer nada quando a gente se mudou”. O que evidencia a falta de tato no projeto em si, que a apesar de contar com rampas de acesso e priorizar as unidades térreas para pessoas com deficiência e limitação de locomoção no processo de destinação dos imóveis às famílias, ainda demonstra que o aspecto da garantia da acessibilidade foi falha na construção.

O relato da Entrevistada 2 reforça ambas as problemáticas com o espaço estrutural entregue e a falta de acessibilidade: “fiz algumas mudanças estruturais. Fiz um muro para

dividir a cozinha da sala. E na casa da minha mãe é muito ruim, é no térreo, mas não é adaptada pra (sic) ela que é cadeirante. A gente teve que tirar a porta do banheiro pra (sic) ela passar”.

A questão financeira foi outro fator predominante na demonstração de insatisfação com relação ao local. Uma vez que na antiga moradia não se pagava pelos serviços de água e energia, já no local atual a cobrança é feita e muitas vezes com valores que não correspondem a renda familiar, que atingem no máximo um salário-mínimo. Nas palavras da Entrevistada 1 quando perguntada no que se referia aos custos da moradia atual (água, energia elétrica) qual o impacto na renda da família: “Caríssimo! Eu não pagava nada na favela, agora vem muito caro, 200 real (sic) a luz”. Já a Entrevistada 2 avaliou quanto ao impacto na renda que:

Muito mesmo. Porque assim lá, a gente sabe que tem que se mudar e pagar água, luz, essas coisas. Mas o valor é muito caro, é quase um aluguel. A gente queria que vissem o valor. Porque tem gente que não tem dinheiro, precisa comprar uma galinha, uma carne.

- Entrevistada 2

A Entrevistada 3 ainda foi mais adiante relatando que a família teve que se adaptar em uma tentativa de minimizar esses custos, como revela: “Muito. Lá (Rio Morno) eu não pagava água, só luz. Aqui a luz é muito alta. Eu só tenho uma geladeira, coloco minhas filhas pra (sic) dormir comigo pra (sic) usar um ventilador que só roda de noite e ainda é muito alta”.

Outro ponto de demonstração de insatisfação está no que tange ao tipo de documentação fornecido aos residentes, que proporciona a concessão de uso, e não a posse, o regime de documentação é através do CDRU (Concessão do Direito Real de Uso). O Estado confere ao beneficiário o direito de uso, porém o mesmo não pode vender, alugar ou emprestar, a definição desta documentação é feita a partir das leis do Plano de Regulação das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS)<sup>6</sup> e o CDRU é instrumentalizado a partir da Ementa-Lei nº 11.481 de 31 de maio de 2007 (BRASIL, 2007). De forma geral esse documento fornece apenas a concessão de uso residencial durante o período de 50 anos, renováveis por mais 50.

A falta da documentação que forneça a posse definitiva gera um sentimento de insatisfação e insegurança, entre os residentes. Entende-se que essa foi uma manobra do Estado para inviabilizar o uso econômico dessas unidades, uma vez que o documento não os permitia vender, emprestar, alugar ou doar o imóvel adquirido, prática recorrente identificada nos projetos anteriores. Mas como nas palavras da Entrevistada 3 quanto a satisfação em relação ao documento: “ainda não recebemos, a gente não recebeu. A gente não tem garantido nada que é

---

<sup>6</sup> RECIFE (Município). Decreto nº 16.113 de 06 de novembro de 1995. Dispõe sobre o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social - PREZEIS e dá outras providências. **Diário Oficial**, Recife, 06 nov. 1995.

nosso. Não porque não tá (sic) seguro, se eu falecer o que vai ser das minhas filhas”. Tais fatores podem prejudicar todo o processo de pertencimento ao local, uma vez que não se consegue identificar tal local como seu.

É possível identificar a incerteza e a falta de clareza com relação ao teor de fato do documento do imóvel na visão dos moradores, nas palavras da Entrevistada 2: “É um documento que parece um contrato que renova de 50 em 50 anos. Não, não estou satisfeita. Queria um documento que a casa fosse minha”. Identidade do indivíduo como não pertencente ao local não permite o pleno desenvolvimento de sua relação com o espaço ao qual vive agora, com aprofunda Bachelard: “[...] a construção inicial de identidade e as relações fundamentais com o outro, em termos de cuidados mútuos, solidariedade e afetividade, são protegidas pela moradia [...]” (*apud* VARGAS, 2016, p. 547).

A falta da continuidade de acompanhamento de serviços básicos antes oferecidos na comunidade também teve destaque. Todas as entrevistadas ressaltaram que o acompanhamento da atenção básica de saúde se tornou praticamente inexistente, tamanha escassez como relata a Entrevistada 2: “Lá - No Rio Morno – tinha direto (visita). Mas aqui vem uma vez no ano”.

Já nas palavras da Entrevistada 3: “Lá era ótimo. Aqui tá (sic) a desejar. E agora não consigo atendimento. Muita demanda”. Complementa que teve que mudar de posto de saúde, onde antes era assistida pelo PSF<sup>7</sup> Dom Helder e agora passou a ser atendida pela Upinha de Linha do Tiro.

Em contrapartida foram ressaltados pontos positivos em relação a nova moradia como em relação a área externa sendo mais apropriada e segura em termos de edificação e de condições sanitárias, como corrobora a Entrevistada 2:

Antigamente a moradia não era legal, a gente comprava móveis, mas a água vinha e acabava com tudo. A gente não podia nem ter perspectiva de melhora. [...] Aqui é muito melhor em todos os sentidos. Agora eu tenho uma vida. Antes a gente tirava foto e saía escuro e agora sai claro. Aqui eu tenho outra história.  
- Entrevistada 2

Além de ser um local mais salubre para as crianças poderem viver, ela continua: “aqui eu acho melhor, ela tem espaço pra (sic) brincar, pra (sic) andar, a rua tá (sic) calçada. Não tem perigo do xixi do rato, aqui é melhor”. Evidenciando a situação de extrema precariedade sanitária antes vivida. A perspectiva de melhora também é corroborada na fala da Entrevistada 1 quando questionada em relação as áreas de lazer para as crianças, como era antes e como é

---

<sup>7</sup> Programa de Saúde da Família.

agora: “aqui tá (sic) muito melhor, lá não tinha nada não, aqui tem o parque, tem a quadra”. É possível identificar que a adaptação envolve uma série de fatores que vem para contribuir nesse processo, Osório (2014) e Sarlet (2014) assinalam que:

A adequação da moradia, por sua vez, está prevista pelo PIDESC a partir dos seguintes elementos constitutivos: (a) segurança jurídica da posse; (b) disponibilidade de serviços, materiais, instalações, infraestruturas essenciais e recursos naturais coletivos; (c) acessibilidade aos custos financeiros associados à moradia, sem comprometimento das demais satisfações de necessidades básicas; (d) habitabilidade dada pela segurança física dos ocupantes contra riscos estruturais e proteção contra intempéries e vetores de doenças; (e) acesso a equipamentos públicos sociais; (f) políticas de apoio ao direito de expressão da identidade cultural da habitação (*apud* BUONFIGLIO, 2018, p. 8).

Com relação ao suporte prestado pela prefeitura no pós-ocupação das famílias mediante intervenções através do Trabalho Técnico Social (TTS) foi unânime a resposta positiva de que ocorreu sim esse tipo ação e de que ele foi benéfico para os moradores. A Entrevistada 1 disse: “teve com a gente, com as crianças. Era bom que pelo menos as crianças ficavam ocupadas. teve cursos, teve artesanato. Sim melhorou pra (sic) gente.”. E a Entrevistada 3 complementou: “teve muita ajuda das meninas (Técnicas sociais que executaram o pós-ocupação); teve muitos cursos, ajudou muito, a gente se ocupava. Queria ter mais para as crianças”. Demonstrando o impacto positivo das ações sociais executadas pelo poder público no pós-ocupação.

Como citado anteriormente, o TTS trabalhou em seis eixos nesse processo de reassentamento e pós-ocupação de forma momentânea e pontual. Como as orientações para a geração de trabalho e renda que é aconselhável que se desenvolva entre os períodos do reassentamento e de pós-ocupação. Os eixos de participação social e mobilização, educação ambiental e patrimonial, avaliação e monitoramento são contínuos em todos os momentos do programa.

Esses eixos foram executados com as famílias do habitacional por meio de atividades educativas, palestras, assembleias, cursos profissionalizantes e pesquisas. Além do acompanhamento periódico do corpo técnico no local para assistir às famílias. Sendo essas atividades trabalhadas nos equipamentos sociais das áreas como escolas, PSF's e Associação de Moradores.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como prevê o artigo 6º da Constituição (BRASIL, 2021), a moradia se configura como um direito social fundamental para a existência digna. Buonfiglio (2018) ressalta que a

habitação, enquanto direito humano, está fundamentada na dignidade humana, sendo uma essência dos direitos fundamentais.

Portanto, o direito à moradia é direito fundamental, civil, político, econômico e social (BUONFIGLIO, 2018). Todavia, a pobreza estrutural do Recife, bem como das metrópoles brasileiras, não permite que tais direitos sejam garantidos em sua integridade para boa parte da população. O enfrentamento da questão da moradia popular é apenas uma das várias facetas que reforça a precariedade vivida pelas camadas mais pobres. Problemas como a falta de acesso à saúde, educação, trabalho, lazer, cultura, alimentação e segurança, reforçam e revelam a pobreza sistêmica e estrutural da sociedade brasileira.

Isso não significa, por exemplo, que não ocorreram mudanças relevantes nas políticas públicas de habitação nas últimas décadas no país, porém é evidente a necessidade de avanços. A não participação/consulta de uma comunidade na elaboração dos projetos de suas moradias – elaborados de forma padronizada e em grande escala, vindos da iniciativa privada e contratados pelo poder público por meio de processo licitatório – reforça a falta de conhecimento e sensibilidade do poder público em lidar com as necessidades dessa comunidade e a de oportunizar a ela espaços de participação na resolução de suas demandas. A oferta de imóveis de tipologia de melhor qualidade não garante necessariamente aos moradores satisfação e boa vivência nos novos espaços. Esse processo depende de outros fatores como a garantia do acesso a equipamentos sociais de saúde, educação, transporte e segurança.

No caso dos moradores do Habitacional Naná Vasconcelos foi possível perceber que de fato houve uma melhoria da qualidade de vida daquelas pessoas, visto que não havia mais a exposição às enchentes, aos problemas sanitários e a precariedade das moradias. Mas ainda persistia uma série de fatores, como a dificuldade de arcar financeiramente com os custos da moradia (água, luz), a sensação de insegurança jurídica com relação à documentação do imóvel, entre outras condições que dependiam, sobretudo, da efetividade das ações do poder público, faziam com que eles, ainda, não se sentissem pertencidos e seguros às suas novas moradias.

Considerando o tempo de experiência de trabalho no local vivido pela pesquisadora foi possível perceber que os moradores mesmo satisfeitos com a tipologia da nova moradia, ainda, expressavam sentimentos de insatisfação e insegurança com relação às novas moradias. De acordo com o que foi exposto neste artigo, acreditamos que é fundamental ao poder público, na elaboração de políticas habitacionais (exitosas), levar em consideração: espaços de superação das condições socioeconômicas e culturais (precárias) dos futuros moradores, documentação legal, fornecimento de serviços essenciais e assistência social. Também a participação deles em

todas as etapas da construção – além das visitas as obras, ação já prevista no modelo atual – possibilitando dessa forma criarem laços de pertencimento e identidade às novas moradias.

Portanto, para possibilitar a formulação de estratégias eficazes na construção e execução de políticas habitacionais que atendam satisfatoriamente as demandas, sobretudo, das populações de baixa renda, é fundamental considerar nesse processo estudos que desvelem a visão histórica e sistêmica do déficit habitacional brasileiro, envolvendo uma análise profunda do desenvolvimento dessas políticas habitacionais.

## REFERÊNCIAS

CLEMENTINO, Maria do Livramento M.; SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Como andam Natal e Recife**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. **Plano Nacional de Habitação**. Versão para debates. Brasília: Ministério das Cidades/Secretária Nacional de Habitação, 2010. Disponível em: [https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/Habitacao/Material\\_de\\_Apoio/PLANONACIONALDEHABITAO.pdf](https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/Habitacao/Material_de_Apoio/PLANONACIONALDEHABITAO.pdf) Acesso em: 10 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.124, de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 142, n. 115, p. 1, 17 jun. 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111124.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111124.htm) Acesso em: 08 de jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 144, n. 104, p. 1, 31 maio 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11481.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11481.htm) Acesso em: 08 jul. 2021.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. **Habitação de Interesse Social**. Mercator, Fortaleza, v. 17, p. 1-16, feb. 2018. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1980> Acesso em: 10 jul. 2021.

FELIPE, Max. Daqui pra frente, tudo vai ser diferente. **Diário de Pernambuco**, Recife, 08 jun. 2016. Disponível em: <http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2016/06/da-qui-pra-frente-tudo-vai-ser-diferente.html> Acesso em: 10 jul. 2021.

IBGE. **Panorama Recife**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/panorama> Acesso em: 18 jun. 2020.

IPEA. **Recife** (2013). Disponível em < G1 - Levantamento mostra que Recife tem 564 mil pessoas morando em favelas - notícias em Pernambuco (globo.com)> Acesso em: 16 out. 2016.

LYRA, Maria Rejane Souza de Britto. **O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco-São Paulo-Pernambuco**. 2003. 258 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MARGUTI, Bárbara Oliveira. Políticas de Habitação. *In*: COSTA, Marco Aurélio; THADEU, Marcos; FAVARÃO, Cesar B. (org.). **A nova agenda urbana e o Brasil**: insumos para sua construção e desafios a sua implementação. Brasília: IPEA, 2018. p. 199-133.

MARICATO, Ermínia. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. **Territórios**, Bogotá, n. 18-19, p. 183-205, 2008.

MARICATO, Ermínia. Nossas cidades estão ficando inviáveis. **Desafios do Desenvolvimento**, São Paulo, ano 8, ed. 66, 27 jul. 2011. Entrevista concedida a Gilberto Maringoni. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2508:catid=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2508:catid=28&Itemid=23) Acesso em: 10 jul. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MIRANDA, Lívia I. B.; SOUZA, Maria Angela A. **Macro Análise do Setor Habitacional (nos Segmentos Formal e Informal) para a Região Metropolitana do Recife**. Texto produzido para o Relatório 1 - Evolução da Habitação Informal em Três Metrópoles do Brasil - Recife, Curitiba e Distrito Federal e Entorno Imediato. Recife: BIRD: Cities Alliance: CONDEPEFIDEM, 2004.

MORAES, Demóstenes. Apontamentos sobre reforma urbana e produção social do habitat. **União Nacional por Moradia Popular**, [S. l.], 11 jun. 2008. Disponível em: <http://www.unmp.org.br/2008/06/11/apontamentos-sobre-reforma-urbana-e-producao-social-do-habitat/> Acesso em: 10 jun. 2021.

PERNAMBUCO. SIRH. **Secretaria de Infraestrutura do Estado de Pernambuco**. [2021]. Disponível em: [http://www.sirh.srh.9pe.gov.br/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=417](http://www.sirh.srh.9pe.gov.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=417) Acesso em: 23 out. 2016.

PERNAMBUCO. **ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social. 2001**. Disponível em: <https://www.recife.pe.gov.br/pr/leis/luos/soloZEIS.html> Acesso em: 15 nov. 2017.

PONTES, Ana Fabíola do Nascimento; OLIVEIRA, Daniela Santos; COSTA, Simonne Falcão Trindade. **O Trabalho Técnico Social – TTS, a sua importância no PAC Beberibe**. *In*: JORNADA NORDESTE DE SERVIÇO SOCIAL, 5., 2019, Recife. **Anais [...]**. Recife: UPE, 2019.



RECIFE. Prefeitura de Recife. Perfil dos bairros. [2021]. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/wp-content/uploads/LINHA-DO-TIRO.jpg> Acesso em: 10 jul. 2021.

VARGAS, Maria Auxiliadora Ramos. **Moradia e pertencimento: a defesa do Lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização.** Cadernos Metr pole, [online], v. 18, n. 36 p. 535-558, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3611> Acesso em: 8 jul. 2021.